

**Discurso da Tomada de Posse dos novos membros dos órgãos da
Associação dos Juízes de Paz Portugueses
13/03/2010**

Antes de mais gostaria de cumprimentar o Senhor Conselheiro Dr. Domingos Soares Farinho, quer na qualidade de membro do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, quer na qualidade de Director do Gabinete para a Resolução Alternativa de litígios;

Comprimentos especiais que se estendem ao representante da Direcção Sindical dos Juízes Portugueses, Sra. Dra. Juíza Carla Oliveira,

Senhores Juízes de Paz,

Senhores mediadores,

Senhores técnicos dos Julgados de Paz

Senhores advogados,

Minhas senhoras e meus senhores.

Em primeiro lugar, queria salientar a simbologia do lugar pois, foi aqui, nesta sala, que começou o projecto dos Julgados de Paz.

A Associação dos Juízes de Paz é uma associação de âmbito nacional que tem como objectivos pugnar pela dignificação da justiça e pela dignificação dos juízes de paz.

A lista vencedora foi eleita por 80% dos votos expressos, o que reforça a legitimidade da nova Equipa da Associação dos Juízes de Paz Portugueses para o biénio 2010/2011.

Os objectivos da equipa agora nomeada são:

- 1) Unir os juízes de paz no âmbito de uma associação enquanto projecto comum cujo reconhecimento e desenvolvimento dependem do contributo de cada um dos associados;

- 2) Participação efectiva dos juízes de paz na construção quotidiana dos Julgados de Paz em cooperação com todas as entidades envolvidas, como sejam, o Ministério da Justiça, os Municípios, o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, os Tribunais Judiciais, as associações de consumidores, de comerciantes, de inquilinos, de proprietários, de defesa dos direitos humanos, de magistrados, de mediadores, entre outros. O LEMA será o da participação e o da discussão com vista a obter as melhores soluções para quem se serve dos Julgados de Paz: o cidadão, o utente.

- 3) Em terceiro lugar levaremos a cabo a organização de seminários e de conferências sobre a organização e funcionamento dos Julgados de Paz, culminado com a realização do primeiro congresso nacional dos juízes de paz no ano de 2011

No fim deste mandato pretendemos contribuir para colocar os Julgados de paz num estágio de divulgação e de desenvolvimento que permita a todos os cidadãos compreenderem a importância da figura do juiz de paz, em todas as suas dimensões:

- 1) Quer enquanto coordenador de um Tribunal, gestor dos recursos materiais e humanos;

- 2) Quer enquanto conciliador;

- 3) Quer enquanto juiz de direito e julgador, titular de um órgão de soberania.

Nestas dimensões há sempre o fito em alcançar um dos fins do direito: A paz social.

Estes oito anos de existência e actividade dos Julgados de Paz, comprovam exactamente isso:

- Dos 31278 processos entrados até Dezembro de 2009, nos vinte e três julgados de paz, que cobrem praticamente todo o país, 90% desses processos estão findos;
- Os processos são findos numa média entre 60 e 70 dias;
- Os processos, na sua maioria, são resolvidos por acordo (quer por mediação perante o mediador, quer por conciliação perante o juiz de paz).
- O custo dos processos não ultrapassa € 70
- Os processos, na sua maioria, são patrocinados por advogado, o que demonstra a adesão dos advogados.

Ao longo destes oito anos tem sido evidente que os Julgados de Paz, sem perderem a sua natureza de Tribunais, órgãos de Soberania, são serviços públicos que têm a função de resolver os problemas das pessoas, com celeridade, simplicidade, informalidade, acessibilidade, imperando a razoabilidade, o bom senso e a justiça de paz.

Neste caminho de sucesso, além dos técnicos de atendimento e dos mediadores, os juízes de paz têm sido, por tudo o que foi atrás mencionado, a figura basilar da moderna justiça de paz.

Uma salva de palmas para os juízes de paz e para os Julgados de Paz

O Presidente da Direcção

João Chumbinho
(Juiz de Paz)